

ANÁLISE DOS IMPACTOS DOS ATAQUES DO PCC EM SÃO PAULO EM MAIO DE 2006

SÃO PAULO
Maio de 2009

ANÁLISE DOS IMPACTOS DOS ATAQUES DO PCC EM SÃO PAULO EM MAIO DE 2006

Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ)

**Pesquisa encomendada por:
CONECTAS DIREITOS HUMANOS**

**Relatório Final
Junho 2008**

**Coordenadores: Ignacio Cano
 Alberto Alvia**

Equipe de Pesquisa: Andreia Marinho; Thais Lemos Duarte; Daniele Bragança de Souza; Daniele Pereira; Sandra Regina Cabral.

INTRODUÇÃO

por Conectas Direitos Humanos

No dia 12 de maio de 2006, a organização criminosa “Primeiro Comando da Capital” (conhecida pela sigla PCC) deflagrou uma série de rebeliões em presídios em todo o estado de São Paulo, com a participação de milhares de presos, que fizeram mais de uma centena de reféns. Enquanto as rebeliões ocorriam no interior do sistema carcerário, postos, viaturas, delegacias de polícia, cadeias, presídios e diversos prédios públicos foram alvos de ataques armados nos quais policiais e agentes penitenciários eram alvos prioritários.

A polícia, então, reagiu. As folgas e férias foram canceladas e todo o efetivo saiu às ruas. Instalou-se um clima de guerra e os dias que se seguiram foram repletos de notícias sobre inúmeras mortes de dezenas de “suspeitos”.

De 12 a 21 de maio de 2006, na chamada semana sangrenta, centenas de pessoas foram mortas. A violência excessiva das ações policiais e a explícita atividade de grupos de extermínio causaram grande preocupação na sociedade civil. Em pouco tempo, articulou-se uma Comissão Independente para acompanhar os casos de morte e as ações das forças públicas.

A Comissão Independente foi composta pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público Federal, Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE), Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CNDDPH), Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, Conectas Direitos Humanos, Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo, Centro Santo Dias de Direitos Humanos, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Tortura Nunca Mais, Associação Cristã Contra a Tortura (ACAT), Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Centro de Direitos Humanos de Sapopemba e Pastoral Carcerária, dentre outros.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em trabalho louvável, organizou um grande esforço interno e, com isso, acompanhou os médicos legistas e fiscalizou a elaboração dos laudos de exames necroscópicos de todo o estado.

A Conectas Direitos Humanos desde 2006 acompanha dois casos desta semana: uma chacina que vitimou cinco pessoas no bairro Parque Bristol e a morte de um adolescente em cumprimento de medida sócio educativa na Fundação CASA. As duas investigações foram arquivadas sem a identificação de responsáveis pelas mortes. Infelizmente, não são casos isolados e após três anos das “mortes de maio”, a grande maioria dos casos teve o mesmo resultado: arquivamento e impunidade. Para que as “mortes de maio” não caiam no esquecimento, conta-se agora com a valiosa pesquisa desenvolvida pela equipe do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a coordenação do Dr. Ignacio Cano.

A pesquisa foi desenvolvida com base nos boletins de ocorrência e laudos periciais de mortes causadas por armas de fogo no período de 12 a 21 de maio de 2006 no estado de São Paulo. Foram analisadas ocorrências que totalizam 564 mortos e 110 feridos. No entanto, a dificuldade de acesso à documentação referente ao período tornou impossível a análise de todos os boletins de ocorrência e laudos periciais em tempo hábil à sua publicação.

Conectas Direitos Humanos agradece especialmente ao esforço da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo (Ministério Público Federal) na coleta de dados e documentos imprescindíveis para a concretização desta empreitada.

Agradece e homenageia às demais organizações da Comissão Independente e, sobretudo, às centenas de famílias que jamais esquecerão as mortes da semana sangrenta de maio de 2006, que lutam, em exemplar comprometimento com os direitos humanos, para a prevalência da justiça e contra a impunidade.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	07
2. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	07
3. OBJETIVOS, FONTES E METODOLOGIA.....	08
4. IMPACTO DOS ATAQUES DO PCC SOBRE O NÚMERO DE MORTES.....	09
5. VITIMIZAÇÃO NOS CASOS ESTUDADOS.....	09
6. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS CASOS REGISTRADOS.....	15
7. PERFIL DAS VÍTIMAS FATAIS.....	18
8. ANÁLISE DOS LAUDOS NECROSCÓPICOS.....	19
9. CONCLUSÕES.....	26
APÊNDICE 1.....	28

1. APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa foi realizada pelo Laboratório da Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ no período de janeiro de 2007 a maio de 2008, a pedido e em colaboração com Connectas Direitos Humanos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

No mês de maio de 2006, entre os dias 12 e 21, diversos municípios do Estado de São Paulo foram alvo de ataques coordenados contra agentes de estado e instituições públicas, desencadeados pela facção criminosa denominada Primeiro Comando da Capital, o PCC. Ao longo da semana, houve rebeliões em delegacias, casas de custódia e penitenciárias, ataques violentos contra meios de transporte públicos (ônibus, metrô), bancos e outros prédios públicos, além de tentativas de execução de funcionários públicos que trabalhavam na área de segurança, várias delas com saldo fatal. Como consequência do clima de pânico gerado, diversos prédios públicos fecharam as portas (prefeituras, comércios, escolas, universidades, etc.), perturbando de forma significativa o transporte e a vida nas cidades.

Foram registrados ataques na cidade de São Paulo e na Grande São Paulo (Guarulhos, Santo André, Jandira, Osasco, e Cotia), no litoral (Guarujá, Praia Grande, Santos, São Vicente, Cubatão) e no interior do estado (Araras, Marília, Campinas, Campo Limpo Paulista, Itapira, Mogi Mirim, Ourinhos, Águas de Lindóia, Piracicaba, Ribeirão Preto, Bauru, Santa Bárbara d'Oeste, São José do Rio Preto, Várzea Paulista e Presidente Venceslau).

A ação criminosa provocou a reação da força policial e das autoridades. A Polícia Militar de São

Paulo cancelou folgas e ficou em situação de alerta. Foram fechadas ruas próximas a delegacias e foi intensificado o patrulhamento da cidade. Além disso, várias favelas foram ocupadas. O resultado desses ataques foi a morte de diversos funcionários públicos da área de segurança (policiais civis e militares, guardas municipais, e agentes penitenciários) e também a morte de muitos civis.

Até a tarde do dia 18, o balanço parcial divulgado pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo foi de 293 ataques. Dentre eles, 82 ataques a ônibus; 56 a casas de policiais; 17 a bancos e caixas eletrônicos. De acordo com a mesma fonte, o saldo era de 41 agentes públicos mortos, 107 civis mortos em confronto, 38 agentes feridos e 16 civis feridos. Além disso, 124 pessoas teriam sido presas e 146 armas teriam sido apreendidas¹.

Diversas organizações não governamentais registraram o temor de que os policiais, na sua reação perante os ataques, pudessem ter cometido excessos ou atos ilegais. A Ouvidoria de Polícia de São Paulo manifestou a preocupação pelo aumento de execuções sumárias cometidas por "grupos de pessoas encapuzadas", o que poderia recrudescer o problema dos grupos de extermínio, desta vez com o intuito de vingar os companheiros mortos e feridos. Vale lembrar que os grupos de extermínio possuem uma longa tradição em São Paulo e contam tradicionalmente com a participação de policiais (ver Bicudo, 2002²).

1. NANI, Valéria. *Secretaria de Estado de Segurança Pública de São Paulo. SSP divulga balanço dos últimos seis dias: 293 ocorrências.* [Online] Disponível na internet via http://www.ssp.sp.gov.br/home/noticia.aspx?cod_noticia=8240. Arquivo capturado em 29 de dezembro de 2007.
2. BICUDO, H. (2002) *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte.* São Paulo: Martins Fontes.

De fato, o governador de São Paulo, Cláudio Lembo, afirmou no dia 20 de maio que alguns suspeitos mortos poderiam ser inocentes e, no dia 23, o então diretor do DEIC também fez declarações públicas no mesmo sentido. Paralelamente, algumas das declarações de autoridades públicas e de alguns setores sociais naqueles dias reclamando uma resposta policial contundente beiravam a legitimação de respostas extra-legais.

O Ministério Público do Estado de São Paulo cobrou do Executivo os laudos cadavéricos das vítimas para poder fiscalizar o acontecido. Após uma resistência inicial, os laudos foram entregues e o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo produziu um relatório após a análise dos mencionados laudos³. Neste sentido, o presente estudo pode ser considerado como uma tentativa de complementar o trabalho dos peritos do CRM, embora o conjunto de dados estudados aqui é mais amplo do que o utilizado pelo CRM, tanto pelo número de casos quanto pela variedade dos documentos analisados. O mencionado relatório é baseado em 493 óbitos por arma de fogo entre os dias 12 e 21 de maio de 2006, enquanto que o presente estudo recebeu documentos relativos a 564 mortes no mesmo período.

Daqui para frente, quando nos referirmos ao impacto conjunto tanto dos ataques quanto das reações que eles provocaram, falaremos apenas do 'impacto dos ataques' para simplificar o texto.

3. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (2006) *Relatório de Análise de Laudos Necroscópicos dos IMLs do Estado de São Paulo.* CRM-SP.

3. OBJETIVOS, FONTES E METODOLOGIA

O objetivo do presente estudo é triplo:

1. Estimar o impacto, em termos de vítimas fatais, dos ataques do PCC em maio de 2006 e das reações que eles suscitaram.
2. Analisar as características da vitimização originada pelo episódio.
3. Avaliar a existência de indícios de execuções sumárias nesse período, com especial atenção àquelas que pudessem ter sido cometidas por agentes do Estado.

Para o primeiro objetivo, foram solicitados os dados policiais com o objetivo de criar uma série temporal de mortes por arma de fogo, dia a dia, nos últimos anos. Isto permitiria estimar o número de mortes esperadas nesse período se não tivesse acontecido nada extraordinário —como foram os ataques— e compará-lo com o das efetivamente acontecidas. Dado que os dados não foram fornecidos, foi preciso recorrer aos registros do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde. Para o segundo e o terceiro objetivos, foram solicitados e obtidos, em boa parte, os seguintes documentos relativos às mortes por arma de fogo acontecidas no período:

- a) laudos cadavéricos —que em parte já tinham sido analisados pelo CRM;
- b) outros laudos periciais;
- c) Boletins de Ocorrência policiais.

A princípio, o critério de inclusão de casos na pesquisa foi o seguinte: episódios de morte de pessoas por arma de fogo no estado de São Paulo entre os dias 12 e 21 de maio de 2006.

Assim, foram estudados os Laudos Necroscópicos elaborados e assinados por médicos legistas de 23 Institutos Médico-Legais do Estado de São Paulo no período, cujas necropsias definiam a *causa mortis* como decorrente de ferimentos por arma de fogo, e também os Boletins de Ocorrência que descreviam fatos compatíveis com o critério de seleção.

Para que um caso fosse considerado era preciso contar ou com o B.O. ou com um Laudo Cadavérico. Assim, os outros tipos de laudos periciais foram utilizados como dados complementares, mas nenhum caso foi aberto apenas com base nesse tipo de documentos, entre outras razões porque eles não continham informação suficiente sobre os fatos acontecidos.

Cumpramos esclarecer que a principal dificuldade para estudar os casos decorrentes dos ataques do PCC e as reações provocadas é o fato de que estes casos não estão separados nos documentos oficiais, inclusive porque nem sempre é possível saber se uma morte estava ou não relacionada com os ataques. Assim, os documentos analisados incluem também, por exemplo, homicídios gerados por conflitos interpessoais ou familiares, além dos decorrentes de diversos tipos de criminalidade.

A informação mais relevante de que dispomos para tentar esclarecer quais casos correspondem aos ataques é o relato dos fatos no B.O., quando existe, e o conhecimento do envolvimento de agentes públicos, seja como vítimas ou como responsáveis pelas mortes. Mesmo assim, o envolvimento de agentes públicos em um episódio resultante em mortes também não garante que se trate de um fato decorrente dos ataques do PCC. Por outro lado,

alguns casos continham apenas laudos (cadavéricos e às vezes de outros tipos), e eles não costumam conter informação alguma sobre a dinâmica dos fatos. Em suma, nem sempre foi possível esclarecer os fatos que antecederam à morte nem, portanto, determinar se ela era resultado dos ataques do PCC. Será preciso abordar esta questão de forma indireta, em função das informações disponíveis em cada caso.

Assim, os B.O.s permitem conhecer em alguma medida as circunstâncias dos fatos, enquanto que os laudos cadavéricos contêm informações que podem ajudar a determinar a existência de intenção homicida e de execução sumária.

Os Boletins de Ocorrência permitem extrair informações sobre diversas dimensões, entre outras:

1. O local, a data e a hora do fato.
2. O envolvimento de agentes públicos.
3. Apreensões de armas ou outros objetos ou substâncias.
4. O perfil das vítimas: cor, sexo, idade, estado civil, nível de instrução, etc.

Por sua vez, os Laudos Cadavéricos contêm diversos indicadores médico-legais que podem apontar a existência ou não de execução sumária. Entre eles podemos destacar:

1. Distinção e localização anatômica dos orifícios de entrada de projéteis de arma de fogo.
2. Caracterização da distância do disparo (à queima roupa ou à distância) pela presença de zonas de contorno no orifício de entrada (tatuagem, esfumaçamento ou queimadura).
3. Presença de outras lesões não relacionadas com a ação de projétil de arma de fogo.

A fim de coletar todos os dados disponíveis, foi criado um formulário que reunia todos os elementos do fato. Um formulário diferente foi aplicado para cada um dos envolvidos em cada fato. Os pesquisadores preencheram os dois tipos de formulários após a leitura dos laudos e dos B.O.s. Os formulários foram posteriormente codificados e digitados em bancos de dados, um banco para os fatos e outro para os envolvidos.

4. IMPACTO DOS ATAQUES DO PCC SOBRE O NÚMERO DE MORTES

Como já foi indicado, não foi possível conseguir dados policiais para criar uma série temporal de mortos por arma de fogo no estado de São Paulo, dia a dia.

Por isso, recorremos aos dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (DATASUS). De acordo com esta fonte, o número de mortes por arma de fogo durante o mês de maio dos anos anteriores foi o seguinte (Tabela 1).

TABELA 1
Número de Mortos por Arma de Fogo, no mês de Maio por Ano

Ano	Mortos por Arma de Fogo
2003	923
2004	723
2005	546

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade. Ministério da Saúde.

Tomando como referência o ano de 2005, com um total de 546 mortes por arma de fogo no mês de maio, poderíamos estimar as mortes durante um período de 10 dias dentro desse mês como uma fração de 10/31 do valor total, o que representaria um total de 176

óbitos. No entanto, se partimos do suposto de que a tendência de redução entre os anos 2003 e 2005 (uma redução algo superior a 20% ao ano) se manteria também em relação a 2006, então a estimativa para o conjunto do mês de maio de 2006 seria de 420 mortes e, para um período de 10 dias dentro do mesmo mês, seria de 135 óbitos por arma de fogo.

Considerando o número efetivamente registrado de 564 mortes entre os dias 12 e 21 de maio de 2006, podemos concluir que esse número é três a quatro vezes superior ao esperado, em função dos anos anteriores. Em suma, podemos atribuir aos ataques do PCC e às suas reações um balanço de aproximadamente 400 mortes.

Obviamente, o impacto posterior a este período pode também ser significativo, em termos de vitimizações, etc., mas não dispomos de dados ulteriores ao dia 21 para tentar estimá-lo. Um ponto que ainda deve ser pesquisado é em que medida os trágicos eventos de 2006 comprometeram, a médio ou longo prazo, a tendência de diminuição dos homicídios que o estado de São Paulo vinha experimentando nos últimos anos.

Uma ressalva que precisa ser mencionada em relação aos resultados apresentados nesta seção é que eles procedem da comparação de duas fontes diferentes: o Ministério da Saúde para os anos anteriores, e os B.O.s e os laudos policiais para 2006. Quando forem divulgados os dados do Ministério da Saúde para 2006 será possível elaborar uma comparação ainda mais precisa, usando a mesma fonte para os dois momentos.

5. VITIMIZAÇÃO NOS CASOS ESTUDADOS

Esta seção é resultado das informações registradas a partir das fontes utilizadas na pesquisa: Boletins de Ocorrência e Laudos, como já foi explicado anteriormente.

O número total de episódios registrados que resultaram em mortos por arma de fogo entre 12 e 21 de maio de 2006 foi de 401.

Nesses 401 episódios aconteceram 564 óbitos por arma de fogo. Além dos óbitos, foram registrados outros envolvidos nos fatos. Deles, alguns foram feridos, mas outros ficaram ilesos. A distribuição dos envolvidos pelo tipo de dano é a seguinte (Tabela 2).

TABELA 2
Número de envolvidos nos Casos Estudados, por tipo de dano sofrido

	Nº	%
Ferido	110	11.3
Morto	564	58.0
Ileso	298	30.7
Total	972	100.0

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

O primeiro elemento que chama a atenção é o reduzido número de feridos comparados com as mortes, o que poderia ser um sinal de um elevado grau de letalidade. No entanto, não podemos esquecer que o critério de inclusão de casos é a morte de pessoas por arma de fogo (não apenas o ferimento), razão pela qual só entram os ferimentos de outras pessoas que acontecem junto com uma vítima fatal. Dessa forma, a comparação entre mortes e ferimentos fica claramente enviesada na direção das primeiras.

Entre os 972 envolvidos há 660 civis (68%), 251 policiais militares (26%), 27 policiais civis (3%) e 34 agentes do estado que não são policiais (agentes penitenciários, bombeiros, etc.). No total dos 401 episódios registrados, 275 (69%) não mencionavam a presença de agentes do estado. É importante lembrar que o fato de que os documentos não mencionem a participação de agentes públicos não significa que ela não possa ter acontecido, apenas que não há registro nesse sentido. Os grupos de extermínio são o exemplo mais dramático de uma possível participação de policiais sem registro oficial.

Dentre os casos em que há registro da participação de agentes públicos, aproximadamente em 85% deles os agentes se encontravam de serviço e apenas em 15% estavam de folga. De acordo aos documentos, na maioria dos casos tratava-se de policiais de baixa patente (soldados e sargentos); só em 6 casos foi registrada a participação de tenentes e houve apenas um caso envolvendo um capitão.

Apesar dos ataques contra agentes públicos acontecidos naqueles dias, a grande maioria das vítimas é civil. A vitimização de acordo com o tipo de vítima revela os seguintes resultados (Tabela 3).

TABELA 3

Número de vítimas por tipo e dano

Nº de Agentes Públicos Mortos	Nº de Agentes Públicos Feridos	Nº de Civis Mortos	Nº de Civis Feridos
59	13	505	97

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

O índice de letalidade — número de mortos dividido pelo número de feridos — não é muito diferente para os dois coletivos, 4,5 para os agentes públicos e 5,2 para os civis, o que indica um equilíbrio entre os dois tipos de vitimização.

Analizando a vitimização acontecida dia a dia, fica evidente que a maioria das mortes e ferimentos acontece entre os dias 14 e 17, sendo o dia 14 o de maior gravidade. Vale lembrar que 68 dos 401 casos (17%) não continham informação sobre a data exata e, portanto, não podem fazer parte desta análise (Tabela 4).

TABELA 4

Número de vítimas por dia e dano

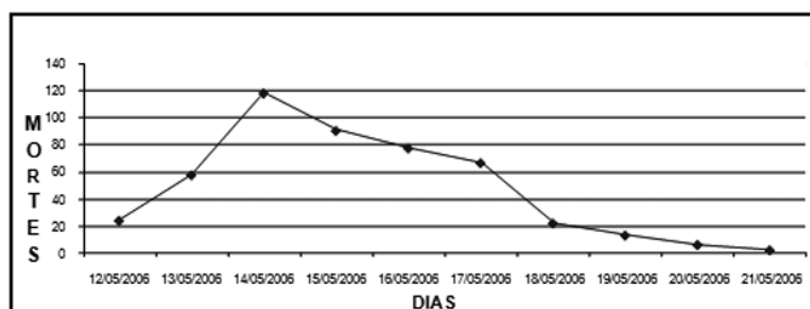
Data do Fato	Dano			
	Ferido	Morto	Ileso	TOTAL
12 de maio de 2006	6	22	3	31
13 de maio de 2006	26	62	39	127
14 de maio de 2006	29	118	61	208
15 de maio de 2006	21	89	39	149
16 de maio de 2006	5	81	66	152
17 de maio de 2006	6	68	62	136
18 de maio de 2006	7	22	13	42
19 de maio de 2006	0	13	6	19
20 de maio de 2006	7	6	0	13
21 de maio de 2006	0	2	0	2
Total	107	483	289	879

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

O Gráfico 1 mostra a evolução diária das vítimas letais no período. Nota-se que a linha cresce até 14 de maio e, a partir daí, começa um descenso progressivo que fica acentuado depois do dia 17. Finalmente, do dia 19 de maio em diante as mortes estão abaixo do patamar do dia 12, início do período.

GRÁFICO 1

Número de mortes por arma de fogo, por dia



Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

Um elemento interessante é que a evolução de feridos e mortos não é paralela no tempo. Os feridos são especialmente elevados apenas até o dia 15, mas as mortes continuam altas até o dia 17. A tabela 5 mostra a razão entre mortos e feridos dia a dia, e revela um valor entre 2 e 4 nos três primeiros dias, que se eleva repentinamente a

mais de dez mortos para cada ferido nos dias 16 e 17. Isto indica um grau de letalidade muito superior nestes dois últimos dias, que seria compatível com uma atuação diferenciada, mais condizente com execuções sumárias que deixam muitas mortes e poucos feridos (Tabela 5).

O seguinte passo é estudar a victimização simultaneamente de acordo com o dia e o tipo de vítima. Os resultados são os seguintes (Tabela 6).

Um dado revelador é que enquanto os agentes públicos são mortos, sobretudo, nos dias 12 e 13 (e em menor medida, 14), os civis falecem fundamentalmente nos dias 14 a 17. Este quadro é compatível com o cenário de uma série de ataques contra agentes nos dias iniciais, com muitas vítimas entre eles, e uma série de operações de represália realizadas por policiais nos dias seguintes, com um alto número de vítimas civis. A conclusão mais clara é que a letalidade dos civis não acontece basicamente durante os ataques contra policiais ou agentes penitenciários, mas num momento posterior, provavelmente em intervenções realizadas por policiais.

Uma forma de exemplificar este desequilíbrio é calcular a razão entre civis mortos e agentes públicos mortos, dia a dia. Enquanto há certa semelhança nos dois primeiros dias, o número de civis mortos para cada agente morto ultrapassa os 10 a partir do dia 14 e atinge um valor de mais de 20 no dia 17 (o indicador já não pode ser mais calculado a partir do dia 18, pois não há mais agentes mortos dessa data em diante). Os dias de maior desequilíbrio entre civis e agentes públicos coincidem também com os dias de maior letalidade, em que, como já foi explicado, a razão entre mortos e feridos é mais desfavorável (Tabela 7).

TABELA 5
Número de vítimas por dia e dano

	FERIDOS	MORTOS	RAZÃO DE MORTOS SOBRE FERIDOS
12 de maio de 2006	6	22	3.7
13 de maio de 2006	26	62	2.4
14 de maio de 2006	29	118	4.1
15 de maio de 2006	21	89	4.2
16 de maio de 2006	5	81	16.2
17 de maio de 2006	6	68	11.3
18 de maio de 2006	7	22	3.1
19 de maio de 2006	0	13	-
20 de maio de 2006	7	6	0.9
21 de maio de 2006	0	2	-

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

TABELA 6
Número de vítimas por dia e tipo de vítima

Dias	Agentes públicos mortos	Agentes públicos feridos	Civis mortos	Civis feridos
12/05/2006	10	3	12	3
13/05/2006	23	8	39	18
14/05/2006	8	1	107	28
15/05/2006	5	0	84	21
16/05/2006	6	1	75	4
17/05/2006	3	0	65	6
18/05/2006	0	0	22	7
19/05/2006	0	0	13	0
20/05/2006	0	0	6	7
21/05/2006	0	0	2	0
Sem data	4	0	80	3
Total	59	13	505	97

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

TABELA 7
Razão entre Civis mortos e Agentes mortos por dia

Dias	Civis mortos	Agentes públicos mortos	Razão entre Civis mortos e Agentes Públicos mortos
12/5/2006	12	10	1.2
13/05/2006	39	23	1.7
14/05/2006	107	8	13.4
15/05/2006	84	5	16.8
16/05/2006	75	6	12.5
17/05/2006	65	3	21.7
18/05/2006	22	0	-
19/05/2006	13	0	-
20/05/2006	6	0	-
21/05/2006	2	0	-
Sem data	80	4	20.0
Total	505	59	8.6

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

Mais uma vez, os dados são compatíveis com operações de represália por parte de agentes públicos que provocam um alto grau de letalidade.

A partir das informações existentes nos documentos oficiais, foi desenvolvida uma tipologia dos fatos, para tentar compreender melhor a sua dinâmica. Os tipos considerados foram os seguintes:

- Confronto entre a polícia e supostos criminosos, seja durante o serviço policial ou quando o policial encara um crime durante sua folga;
- Execução Sumária, na qual há uma intenção prévia ao fato de matar aquela pessoa. Nesta situação, o agressor não costuma dar à vítima chance de defesa. No caso de policiais como autores, estes episódios podem refletir, por exemplo, o homicídio contra alguém que já foi preso ou está desarmado. No caso de policiais como vítimas, podemos mencionar as execuções cometidas contra agentes públicos perto

da sua residência. Esta categoria está subdividida em quatro de acordo com o autor:

- Autor individual
 - Autoria de um grupo encapuzado, relevante para testar as alegações da atuação de grupos de extermínio, com possível participação de policiais, que costumam atuar encapuzados;
 - Autoria de um grupo não encapuzado;
 - Autoria de policiais, explicitamente reconhecida nos documentos.
- c) Ataques contra Delegacias ou Batalhões. Neste caso, trata-se de um ataque indiscriminado contra uma instituição policial. Mesmo que possa resultar em mortes de agentes públicos, a diferença com respeito à execução sumária é que a agressão não é planejada nem executada contra policiais concretos, mas contra prédios policiais.
- d) Conflito inter-individual, decorrente de brigas ou outros problemas entre pessoas, não relacionados a uma atividade

criminosa organizada.

- Acidentes ou casos de mortes por bala perdida, isto é, de pessoas que não participavam diretamente no confronto, nem como autores nem como alvos.

Infelizmente, em mais de 40% dos casos não existia informação suficiente para poder discernir qual seria o tipo, de forma que a amostra para esta análise fica significativamente reduzida. Em vários casos, campos relevantes do Boletim de Ocorrência ficavam sem preencher ou o relato não era suficientemente esclarecedor.

Entre os casos com informação suficiente para estabelecer a tipologia, a categoria mais comum é a execução sumária. O número de execuções cometidas por grupos de pessoas encapuzadas é significativo e sublinha os temores expressados pela Ouvidoria de Polícia. Em segundo lugar, aparecem os confrontos policiais. Há ainda 12 casos de ataques a prédios policiais com vítimas fatais (Tabela 8).

TABELA 8
Tipologia dos Fatos

	Frequência	%
Confronto policial	75	18.7
Execução Sumária: Individual	44	11.0
Execução Sumária: Grupo Não-Encapuzado	38	9.5
Execução Sumária: Grupo Encapuzado	32	8.0
Execução Sumária: Policiais	3	.7
Ataques contra Delegacias ou Batalhões	12	3.0
Conflito Inter-individual	5	1.2
Acidente ou bala perdida	3	.7
Outros	15	3.7
Desconhecido	174	43.4
Total	401	100

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

Dentre os 75 casos de confronto policial, os documentos permitiram constatar que em 37 deles os policiais estavam em patrulhamento rotineiro, em 15 casos responderam a um chamado dos cidadãos e apenas 8 corresponderam a operações especiais.

de vítimas policiais. Por sua vez, os civis morrem em maior medida como resultado de confrontos policiais e de execuções sumárias, particularmente as cometidas por grupos encapuzados.

A vitimização acontecida em função da tipologia dos fatos é apresentada na Tabela 9.

Assim, os agentes públicos morrem, sobretudo, como consequência de ataques de grupos não encapuzados e de confrontos policiais. Os ataques contra delegacias e batalhões também provocam um número significativo

O contraste entre a vitimização provocada por grupos não encapuzados e por grupos encapuzados, com um número muito superior de vítimas civis no caso destes últimos, é compatível com a suspeita de que membros das instituições policiais poderiam estar, por trás dos capuzes, participando de grupos de extermínio.

Um dado que chama a atenção é que nos ataques contra delegacias e batalhões o número de mortes dos civis, presumivelmente os atacantes que ainda possuíam a vantagem do fator surpresa, é superior ao número de vítimas policiais, pelo menos de acordo com os registros oficiais.

A próxima tabela mostra a distribuição dos diferentes tipos de fatos por dia, durante o período considerado (Tabela 10).

TABELA 9
Número de Vítimas de acordo com o Tipo de Vítima e a Tipologia dos Fatos

	Nº de Agentes Públicos Mortos	Nº de Agentes Públicos Feridos	Nº de Civis Mortos	Nº de Civis Feridos
Confronto com a polícia	16	7	118	4
Execução Sumária: Individual	3	0	50	7
Execução Sumária: Grupo Não-Encapuzado	16	2	35	27
Execução Sumária: Grupo Encapuzado	1	0	53	31
Execução Sumária: Policiais	1	0	4	0
Ataques contra Delegacias ou Batalhões	9	1	10	3
Conflito Inter-individual	0	0	6	0
Acidente ou bala perdida	1	0	2	0
Outros	1	0	21	19
Desconhecido	11	3	206	6
Total	59	13	505	97

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

TABELA 10
Número de Casos de acordo com a Tipologia e a Data

Data do fato	Tipologia do Fato										
	Confronto com a polícia	Execução Sumária: Individual	Execução Sumária: Grupo Não-Encapuzado	Execução Sumária: Grupo Encapuzado	Execução Sumária: Policiais	Ataques contra Delegacias ou Batalhões	Conflito Inter-individual	Acidente ou bala perdida	Outros	Desconhecido	Total
12/05/2006	2	4	4	2	0	2	0	0	0	4	18
13/05/2006	8	6	9	0	0	5	1	1	1	14	45
14/05/2006	12	6	11	7	1	0	0	1	4	32	74
15/05/2006	10	7	3	6	0	1	1	0	1	33	62
16/05/2006	22	2	6	5	0	1	1	0	0	15	52
17/05/2006	11	4	3	5	0	1	0	1	2	19	46
18/05/2006	2	3	2	3	0	1	0	0	0	7	18
19/05/2006	3	2	0	0	1	0	0	0	0	5	11
20/05/2006	1	0	0	1	0	1	0	0	0	3	6
21/05/2006	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Desconhecida	4	10	0	2	1	0	2	0	7	42	68
Total	75	44	38	32	3	12	5	3	15	174	401

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

O quadro que estes dados revelam pode ser resumido da forma seguinte. Os ataques indiscriminados contra policiais acontecem, sobretudo, nos dias 12 e 13. As execuções sumárias cometidas por indivíduos e por grupos não encapuzados correspondem mais do que nada aos dias 13 ao 15. Por sua vez, o ponto mais alto dos casos de mortes em confronto policial e pela atividade dos grupos encapuzados pode ser situado entre os dias 14 a 17. Em outras palavras, o cenário é condizente com mortes de civis que são resultado não exatamente da reação dos agentes públicos no momento em que estes estavam sendo atacados, mas, sobretudo, de operações policiais, presumivelmente de represália, acontecidas nos dias posteriores. Da mesma forma, a atuação dos grupos encapuzados, dentro dos quais há suspeita da participação de policiais, também se produz como uma represália aparente aos ataques iniciais. O número de casos sem informa-

ção suficiente para determinar sua tipologia também aumenta nas mesmas datas em que se incrementam os confrontos policiais e as execuções, incluindo as cometidas por encapuzados, o que reforça a suspeita de que uma proporção significativa pode corresponder, na verdade, aos casos descritos anteriormente.

Uma análise paralela, no entanto mais precisa, pode ser realizada contabilizando as vítimas por tipo de fato e data, ao invés de considerar apenas os fatos como na tabela anterior. Alguns dos resultados mais destacados são os seguintes:

- 7 dos 9 agentes públicos mortos em ataques contra prédios policiais morreram entre os dias 12 e 13 de maio;
- 93 das 118 mortes de civis em confrontos com a polícia tiveram lugar entre os dias 14 e 17 de maio;
- 43 dos 53 civis executados por grupos encapuzados aconteceram também nesse mesmo período: 14 a 17 de maio.

Em suma, confirma-se o quadro de uma série de ataques contra policiais concentrados, sobretudo, nos dois primeiros dias, seguidos de uma reação dupla: operações policiais e intervenção de grupos de extermínio encapuzados, ambas particularmente intensas durante os quatro dias que se seguiram aos ataques dos dois primeiros dias.

Maiores detalhes dos cruzamentos entre tipo de vítima, tipo de fato e data podem ser conferidos no Apêndice 1.

6. OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS CASOS REGISTRADOS

Como já foi mencionado, os casos estão bastante repartidos por toda a geografia paulista, sendo que a cidade de São Paulo concentrou menos de 20% deles. Em algo mais de um quarto dos casos, os documentos não permitiam estabelecer o município em que o fato tinha acontecido (Tabela 11).

Quanto ao tipo de local, a grande maioria dos episódios acontece, como caberia esperar, na via pública, ou em prédios de acesso público. Um pequeno número de casos acontece na residência das vítimas (Tabela 12).

TABELA 12
Número de Casos por Tipo de Local

	Frequência	%
Via pública	241	60.1
Estabelecimento comercial	27	6.7
Residência	24	6.0
Prédio Público	15	3.7
Presídio	7	1.7
Veículo Particular	5	1.2
Outro	1	.2
Não consta	81	20.2
Total	401	100.0

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

TABELA 11
Número de Casos de Morte por Arma de Fogo Registrados no período, por Município

	Número de Casos	%
Americanópolis	1	0.2
Arujá	2	0.5
Barueri	1	0.2
Bertioga	1	0.2
Birituba Mirim	1	0.2
Brasilândia	2	0.5
Campinas	1	0.2
Campo Limpo	2	0.5
Capaçuíba	1	0.2
Capão Redondo	1	0.2
Caraguatatuba	5	1.2
Carapicuíba	10	2.4
Cosmópolis	1	0.2
Diadema	4	1.0
Embu	1	0.2
Ferraz de Vasconcelos	1	0.2
Franco da Rocha	1	0.2
Guariba	1	0.2
Guarujá	12	3.0
Guarulhos	23	5.7
Hortolândia	1	0.2
Itaim Bibi	1	0.2

	Número de Casos	%
Itapeçerica da Serra	3	0.7
Itapevi	5	1.2
Itaquaquecetuba	6	1.4
Jaçanã	1	0.2
Jandira	6	1.5
Jardim Herculano	1	0.2
Jundiaí	4	0.9
Leme	1	0.2
Limeira	3	0.7
Marília	1	0.2
Mauá	6	1.5
Mogi das Cruzes	4	1.0
Osasco	18	4.4
Pacaembu	1	0.2
Parada Taipas	1	0.2
Parelheiros	1	0.2
Parque São Lucas	1	0.2
Peruíbe - SP	1	0.2
Poá	5	1.2
Praia Grande	2	0.5
Ribeirão Preto	5	1.2

	Número de Casos	%
Santana de Parnaíba	1	0.2
Santo Amaro	3	0.7
Santo André	8	2.0
Santos	15	3.7
São Bernardo do Campo	2	0.4
São José do Rio Preto	3	0.7
São José dos Campos	4	0.9
São Mateus	2	0.4
São Paulo	69	17.2
São Sebastião	2	0.4
São Vicente	12	2.9
Serrana	1	0.2
Sorocaba	1	0.2
Suzano	7	1.7
Taboão da Serra	2	0.4
Taubaté	1	0.2
Ubatuba	5	1.2
MUNICÍPIO DESCONHECIDO	113	28.0
Total	401	100.0

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

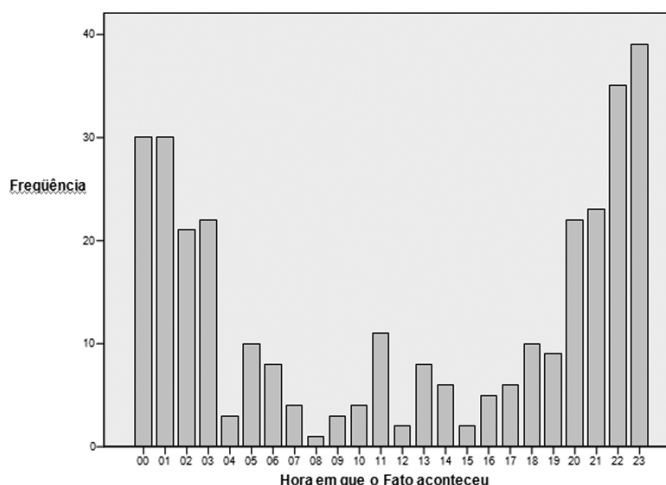
A grande maioria das mortes por arma de fogo neste período acontece no fim da tarde e no começo da madrugada. Assim, 80% dos casos com horário conhecido (22% do total não contavam com esta informação) tiveram lugar entre as 6 horas da tarde e às 7 da manhã (Gráfico 2).

Foi procurado nos documentos se havia alguma menção a testemunhas dos fatos acontecidos, para além dos envolvidos diretamente. Dado que o preenchimento dos Boletins de Ocorrência nem sempre é suficientemente claro nem detalhado, não é fácil obter esta informação de forma inequívoca. De qualquer forma, pouco mais de um terço dos documentos analisados (39%) fazia menção à presença de testemunhas civis. Embora a exatidão dessa proporção não possa ser garantida, pelos argumentos expostos acima, este dado é uma alerta no sentido de que o relato dos documentos oficiais pode ser considerado como uma versão baseada em informações parciais, com frequência oficiais, e não necessariamente como uma tradução exata da realidade.

Entre os episódios definidos como "Confronto policial", a proporção de casos com testemunhas era algo superior (47%) ao geral e também maior do que a encontrada em pesquisas sobre letalidade policial no Rio de Janeiro (17%: Cano, 1997⁴), por exemplo.

Um total de 62% dos casos analisados faz menção ao fato de que alguma das vítimas foi socorrida para o hospital. O socorro só faz sentido se existe a esperança de que a vítima não tenha falecido ainda, pois caso contrário os agentes públicos deveriam se limitar a

GRÁFICO 2
Número de Casos segundo o Horário dos Fatos



Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

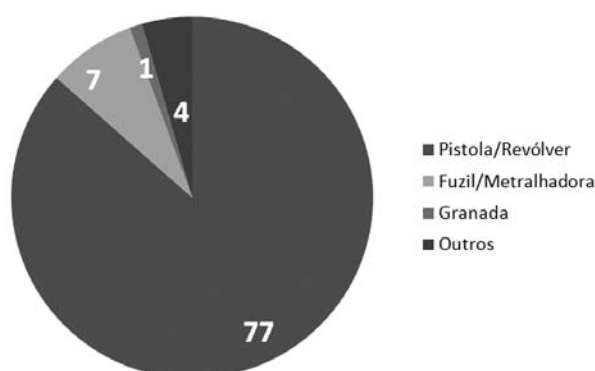
preservar o local. Das 316 vítimas mortais levadas ao hospital, sabe-se que 23 delas chegaram mortas e 264 vivas, morrendo logo posteriormente.

Nocaso de confrontos policiais com vítimas civis fatais, 73 no total, 78% deles mencionavam o transporte até o hospital. Considerando estas vítimas civis mortas em confrontos policiais (um total de 118), mais de 65% delas chegaram vivas no hospital. Estes dois últimos elementos não permitem concluir que exista em São Paulo uma prática policial, observada no Rio de Janeiro, de encaminhar para o hospital os cadáveres das vítimas de confrontos, inviabilizando assim a preceptiva perícia do local. Por exemplo, as

pesquisas no Rio (Cano, 1997) mostraram que ao menos 49% das vítimas fatais de confrontos policiais que foram socorridas já chegavam mortas no hospital.

Dentro do total de 401 casos, 76 apresentam evidências de apreensões de armas de civis. Um total de 139 armas foram apreendidas, na sua grande maioria pistolas ou revólveres, embora figurem também 7 fuzis ou metralhadoras e 1 granada. Assim, apesar de que as armas de repetição e grosso calibre possuem grande presença nos meios de comunicação, a grande maioria das armas com as quais os homicídios são cometidos parecem ser armas curtas (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Tipo de Arma de maior calibre apreendida em cada Caso



Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

4. Cano, Ignacio (1997) *Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro*. ISER.

As armas apreendidas apresentavam, em média, 5 projéteis deflagrados. Essa média, contudo, está influenciada pela existência de alguns valores isolados muito altos. De fato, quase a metade de todas as armas (46%) apresentavam até 4 projéteis deflagrados, o que sugere tiroteios relativamente curtos.

Além das armas, um total de 13 casos registraram apreensão de explosivos e 8 casos registraram apreensão de drogas, quase todos eles classificados dentro da tipologia de confrontos policiais.

Em cada caso, foram registrados e analisados os laudos periciais de diverso tipo que foram encaminhados. Obviamente, não é possível afirmar que os laudos registrados representem a totalidade dos efetivamente realizados nestes inquéritos, apenas aqueles que estavam registrados nos documentos a que tivemos acesso.

Mesmo assim, esta informação dá uma idéia de que tipos de provas podem existir para esclarecer estas mortes.

O resumo dos laudos encontrados pode ser observado na seguinte tabela (Tabela 13).

TABELA 13
Laudos periciais registrados, por Tipo

	Número de Casos	% sobre o total de casos
PERÍCIA DA ARMA	55	13,7%
PERÍCIA DO LOCAL	23	5,7%
LAUDO BALÍSTICO	23	5,7%
LAUDO RESIDUOGRÁFICO	54	13,5%
LAUDO TOXICOLÓGICO	7	1,7%
PERÍCIA DE VEÍCULO	7	1,7%
OUTROS LAUDOS	2	0,5%

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

Apenas uma minoria dos casos apresentava registros de laudos periciais, embora, como já foi dito, podem existir laudos não registrados nos documentos consultados. Os mais freqüentes foram os relativos às perícias das armas. Entre as 55 realizadas, encontraram-se 43 armas aptas para disparo, 37 que tinham efetuado um disparo recente e 11 armas muniçadas. Este quadro confirma que muitas dessas armas foram, de fato, utilizadas em confrontos armados.

A seguir, foram registrados 54 laudos de resíduos de pólvora nas mãos dos envolvidos, com os seguintes resultados (Tabela 14).

TABELA 14
Resumo de resultados dos Laudos Residuográficos, por Caso e Tipo de Vítima

Tipo de Vítima	Casos com alguma Vítima (desse tipo) com Resultado Positivo	Casos com alguma Vítima (desse tipo) com Resultado Negativo
POLICIAIS FALECIDOS	0	16
POLICIAIS SOBREVIVENTES	8	52
CIVIS FALECIDOS	13	57
CIVIS SOBREVIVENTES	3	12

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

Os resultados parecem indicar que os policiais falecidos foram surpreendidos e não tiveram tempo de usar sua arma. Já no caso dos civis mortos, uma parte deles participou dos confrontos armados. Entre os sobreviventes, uma minoria apresentou vestígios de ter atirado. Contudo, é preciso insistir em que o exame residuográfico é de confiabilidade limitada e não é recomendado como prova consistente pelos peritos nos últimos anos.

Entre as outras perícias realizadas, destacam as perícias do local do crime e os laudos balísticos.

Das 23 perícias do local realizadas, 4 acharam vestígios de sangue, 5 encontraram projéteis e 3 cartuchos ou estojos. Esta perícia do local é de extrema importância para o esclarecimento dos fatos, mas em ocasiões fica prejudicada pelo fato de que a vítima, ainda viva, é removida para o hospital, ou pela falta de preservação do local. No conjunto de casos analisados, houve menção de remoção para o hospital em 250 casos. Assim, caberia esperar uma perícia de local de, no mínimo, os 151 casos restantes, mas apenas 23 foram registradas.

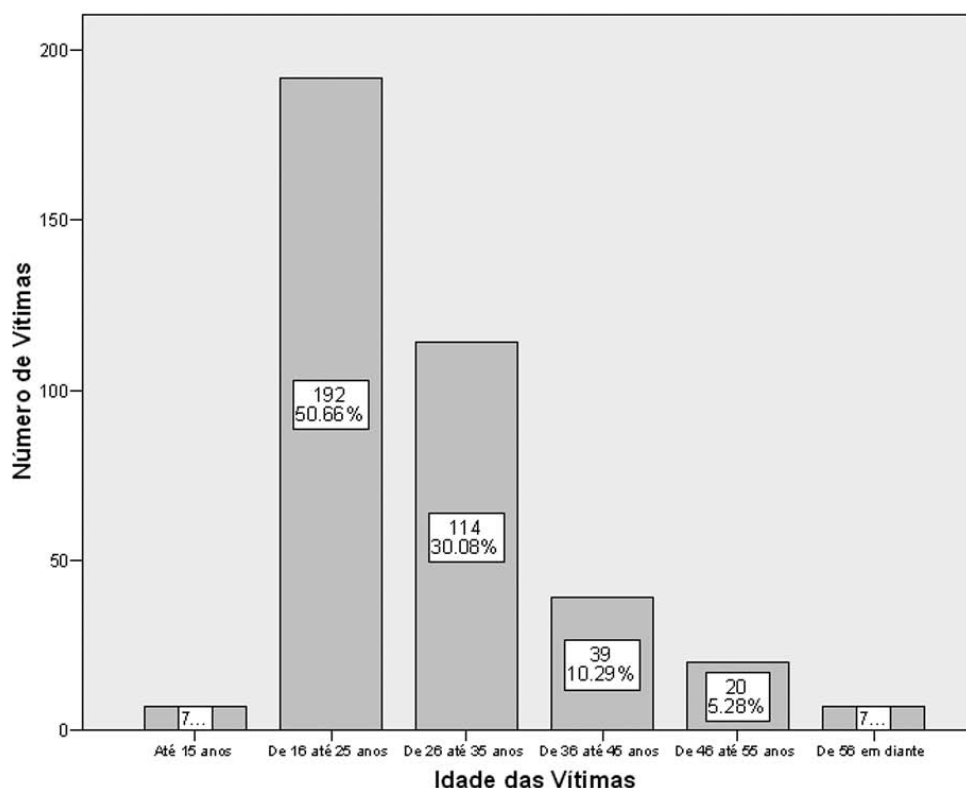
7.PERFIL DAS VÍTIMAS FATAIS

Aproximadamente 96% dos falecidos eram homens e o resto mulheres. A idade era conhecida apenas em dois de cada três casos. Entre eles, predominam, como caberia esperar, os jovens. Mais de 80% dos mortos eram menores de 36 anos (Gráfico 4).

A idade média dos casos conhecidos foi de 27 anos e meio, o que coincide com o perfil geral das vítimas de homicídio no Brasil, que corresponde a homens jovens.

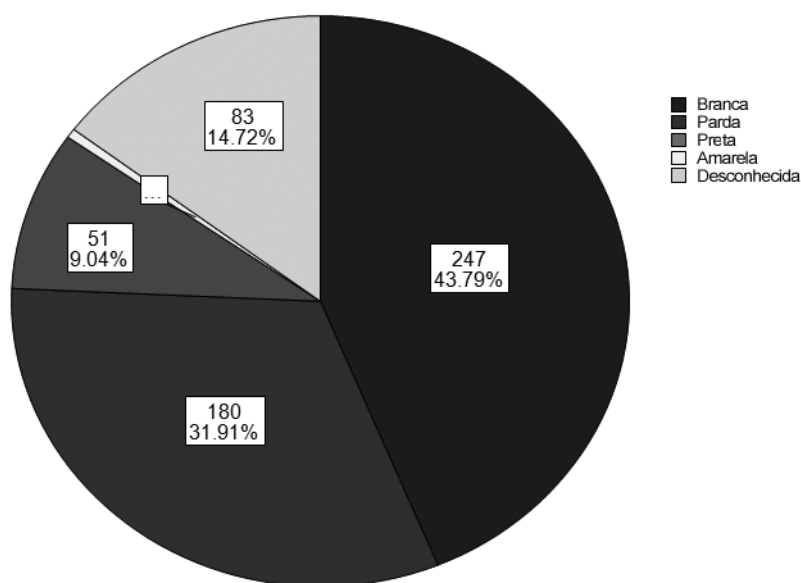
Em relação à cor, a metade dos mortos com informação válida era de cor branca e a outra metade parda ou preta (Gráfico 5).

GRÁFICO 4
Número de Vítimas Fatais por Faixa Etária



Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

GRÁFICO 5
Número de Vítimas Fatais por Cor



Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

Apenas um terço das vítimas mortais tem informação sobre o seu nível educacional. Entre elas, mais de 70% estudou só até o primeiro grau. Só três entre os falecidos tinham estudos universitários, o que confirma que as vítimas possuem uma origem de classe média-baixa e baixa, que é também o perfil característico das vítimas de homicídio no Brasil.

A informação sobre o estado civil está disponível para 6 de cada 10 falecidos. Entre eles, 78% são solteiros. Diversas pesquisas mostram que os solteiros, de fato, apresentam um maior risco de vitimização letal do que o resto da população.

Os documentos estudados registram antecedentes criminais apenas para 6% das vítimas fatais, mas é possível que existam outros casos que não foram notificados

nos documentos disponibilizados. Mesmo levando-se em consideração a falta de informação nos documentos, fica evidente que os confrontos não acontecem na tentativa de prender suspeitos conhecidos com mandato judicial, mas em combates com opositores, quase sempre desconhecidos.

8. ANÁLISE DOS LAUDOS NECROSCÓPICOS

Foram obtidos e processados um total de 447 laudos necroscópicos relativos a mortos por arma de fogo no período considerado.

O propósito da análise dos laudos necroscópicos é o exame de possíveis indícios de execuções sumárias nos episódios acontecidos. Nesse sentido, os parâmetros mais relevantes são os seguintes:

- Número de disparos: um número elevado de orifícios de entrada correspondentes a projéteis de arma de fogo são um indício de execução;
- Localização anatômica dos orifícios de entrada de projéteis de arma de fogo: em confrontos armados, espera-se um maior número de impactos no tórax frontal, que é área de máxima superfície do opositor. Disparos frequentes na região posterior, pelas costas, revelam que a vítima provavelmente estava fugindo e não confrontando quem atirou sobre ela. Da mesma forma, um elevado número de disparos na cabeça também é forte indicador de execução sumária. Os dados sobre a localização dos disparos foram analisados a partir do desenho da figura humana que acostuma acompanhar ao laudo cadavérico e que marca os orifícios de entrada e saída dos projéteis de arma de fogo. A

equipe de pesquisa utilizou outro desenho do corpo humano, semi-transparente e superposto ao original, para codificar as áreas anatômicas da mesma forma em todos os casos. Entretanto, nem todos os laudos cadavéricos contavam com os desenhos da figura humana, razão pela qual esta análise será restringida apenas àqueles laudos com esse tipo detalhe;

- Caracterização da distância dos disparos (a curta distância ou à distância) pela presença de zonas de contorno no orifício de entrada: disparos à queima-roupa (com orifícios de entrada com tatuagem, esfumaçamento ou queimadura), efetuados a menos de 50cm de distância, são o indicador mais claro de execução;
- Presença de outras lesões não relacionadas com a ação de projétil de arma de fogo: embora seja possível que algumas vítimas de confronto armado sofram outras lesões (equimoses, etc.) na queda, após ter sido atingidas pelos disparos, quando a proporção de mortos com outras lesões é grande, isto pode revelar que algumas delas foram golpeadas antes de serem executadas.

A distribuição do número de cadáveres de acordo com o número de orifícios de entrada de projétil de arma de fogo (PAF), ou seja, de acordo com o número de disparos que impactaram o corpo da pessoa, foi a seguinte (Tabela 15).

Mais de metade dos mortos foi atingida por mais de 3 projéteis, e aproximadamente 10% deles teve mais de 8 impactos, o que sugere tentativa de execução. A média de projéteis por cadáver é de 4,8, um valor bastante elevado, superior inclusive ao encontrado em pesquisas sobre confrontos policiais

TABELA 15
Número de orifícios de entrada de projétil de arma de fogo, por cadáver

	Freqüência	%	% acumulado
1	52	11.6	11.6
2	70	15.7	27.3
3	69	15.4	42.7
4	63	14.1	56.8
5	43	9.6	66.4
6	48	10.7	77.2
7	30	6.7	83.9
8	17	3.8	87.7
9	20	4.5	92.2
10	10	2.2	94.4
11	7	1.6	96.0
12	6	1.3	97.3
13	4	.9	98.2
14	2	.4	98.7
16	1	.2	98.9
18	1	.2	99.1
19	1	.2	99.3
20	1	.2	99.6
22	1	.2	99.8
27	1	.2	100.0
Total	447	100.0	

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

no Rio de Janeiro (4,3) em que há forte suspeita da existência de execuções sumárias.

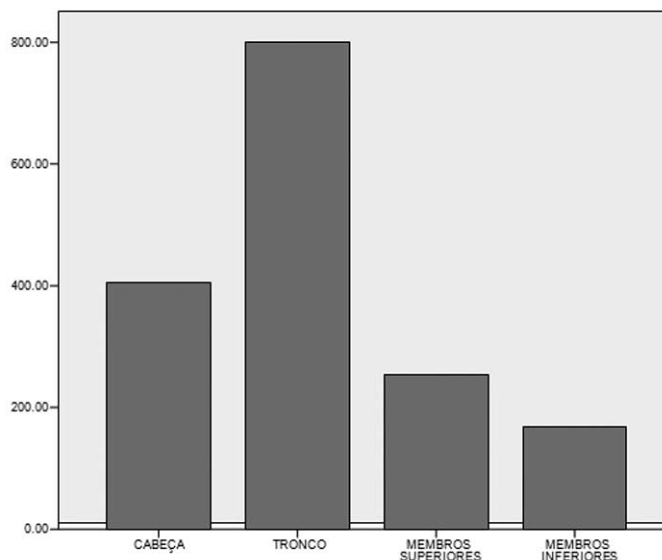
Como já foi explicado, a análise da localização dos disparos só é possível para aquelas vítimas cujo laudo dispõe do desenho da figura humana com a marcação dos orifícios de entrada. Assim, a amostra para esta análise diminui para 362 mortos.

O número de balas que atingiu cada região anatômica pode ser resumido da forma seguinte (Gráfico 6).

A área mais atingida é, como caberia esperar, o tronco. No entanto, a proporção de disparos que impactou na cabeça das vítimas é muito elevada, pois para cada dois disparos no tronco há um na cabeça (800 versus 405), o que revela que em muitos casos a intenção do autor foi mesmo matar a vítima e condiz com a hipótese de um alto número de execuções sumárias. De fato, 60% dos cadáveres apresentavam pelo menos um disparo na cabeça.

A tabela (Tabela 16) e o gráfico⁵ (Gráfico 7) abaixo permitem avaliar as regiões anatómicas dos impactos de forma mais detalhada.

GRÁFICO 6
Número de Orifícios de Entrada de PAF por Região Anatômica



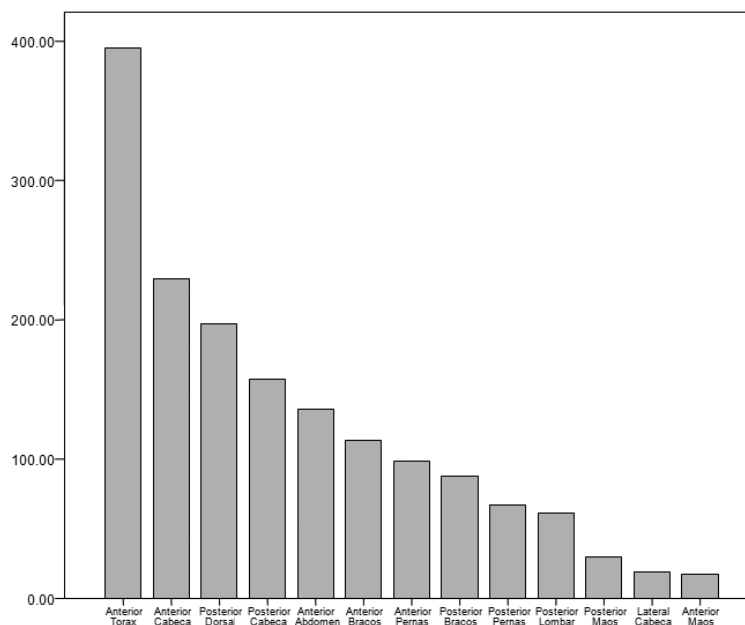
Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

TABELA 16
Número de Orifícios de Entrada de PAF por Região Anatômica

	Número Total de Orifícios
Anterior Tórax	395
Anterior Cabeça	229
Posterior Dorsal	197
Posterior Cabeça	157
Anterior Abdômen	136
Anterior Braços	113
Anterior Pernas	98
Posterior Braços	88
Posterior Pernas	67
Posterior Lombar	61
Posterior Mãos	30
Lateral Cabeça	19
Anterior Mãos	17
Lateral Tórax	6
Lateral Braços	5
Lateral Pernas	4
Lateral Abdômen	4
Lateral Mãos	1
Lateral Dorsal	1

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

GRÁFICO 7
Número de Orifícios de Entrada de PAF por Região Anatômica



Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

5. O gráfico não contém as áreas de menor frequência para facilitar a visualização.

Entre todas as áreas, a que representa maior preocupação é a área posterior da cabeça, com mais de 150 disparos, uma área de altíssima letalidade e muito difícil de ser atingida num confronto armado genuíno. Nesse sentido, outro ponto importante é que o número de disparos na região posterior da cabeça é próximo do número da região posterior dorsal, que é uma área de muita maior superfície e menor letalidade. Um total de 27% das vítimas apresenta pelo menos um disparo na parte posterior da cabeça.

No cômputo total, os cadáveres apresentaram 988 orifícios na região frontal e 600 na região posterior, isto é, podemos estimar que de cada cinco disparos, quase dois foram pelas costas, o que revela uma clara tentativa homicida em muitos casos. Com efeito, 57% dos cadáveres apresentam pelo menos um disparo na região posterior.

Aproximadamente um de cada 10 cadáveres, 48 no total, apresenta sinais de disparos feitos à queima-roupa, o sinal mais claro de execução. Um total de 41 cadáveres tem ao menos um orifício de entrada com tatuagem, 12 têm ao menos um orifício de entrada com esfumaçamento e 3 têm ao menos um orifício de entrada com queimaduras, este último produto de um cano da arma muito próximo da pele da vítima ou encostado.

Das 48 vítimas, seis têm dos orifícios e uma tem três orifícios com disparos à queima-roupa.

Um total de 75 vítimas fatais (17%) apresenta *lesões adicionais diferentes das provocadas pelas armas de fogo*.

Em seguida, vamos analisar esses indicadores de uso excessivo da força de acordo com a data, o tipo de vítima e o tipo de fato.

A média de orifícios de entrada por vítima evolui da forma seguinte dia a dia (Tabela 17).

TABELA 17
Número médio de orifícios de entrada de PAF por vítima, segundo o dia

Data do Fato	Média de orifícios de entrada	Número de Vítimas
12 de maio de 2006	5.73	15
13 de maio de 2006	4.56	41
14 de maio de 2006	4.75	96
15 de maio de 2006	4.58	73
16 de maio de 2006	4.61	64
17 de maio de 2006	5.12	58
18 de maio de 2006	4.61	18
19 de maio de 2006	2.63	8
20 de maio de 2006	1.75	4
Total	4.68	377

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

Não parece existir uma tendência clara de mudança no tempo relativa ao número de disparos. A única diferença perceptível é uma redução nos últimos dois dias, mas o número de casos nesse período é pequeno demais para estabelecer conclusões.

O número médio de orifícios de entrada é superior para as vítimas que eram agentes públicos (6,3) do que para o resto (4,6). Isto sugere que os agentes públicos, policiais sobretudo, foram vítimas,

em maior medida, de tentativas de execução.

Por outro lado, o número de disparos varia significativamente em função do tipo de fato, como mostram a tabela (Tabela 18) e o gráfico (Gráfico 8) seguintes.

TABELA 18
Número médio de orifícios de entrada de PAF por vítima, segundo o Tipo de Fato

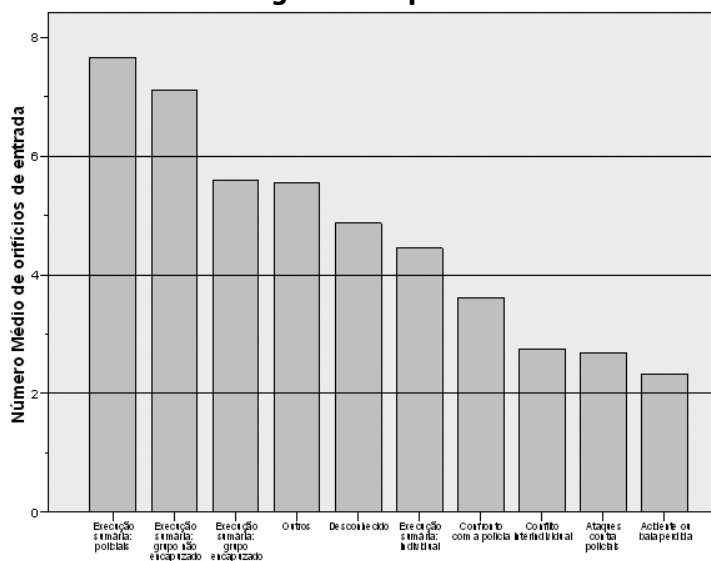
Tipologia do fato	Média de Orifícios de Entrada	Número de Vítimas
Desconhecido	4.88	184
Confronto com a polícia	3.62	94
Acidente ou bala perdida	2.33	3
Execução sumária: individual	4.45	47
Execução sumária: grupo não encapuzado	7.11	37
Execução sumária: grupo encapuzado	5.59	44
Execução sumária: policiais	7.67	3
Conflito interindividual	2.75	4
Ataques contra Delegacias ou Batalhões	2.69	13
Outros	5.56	18
Total	4.77	447

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

Os eventos com maior número de disparos são, conforme caberia esperar, as execuções sumárias cometidas por grupos de qualquer espécie, pois, com alta probabilidade, mais de um agressor atirou simultaneamente contra a mesma

vítima. As vítimas de confrontos com a polícia sofrem um menor número de disparos, o que é condizente com a expectativa de que os confrontos policiais, ao menos na maioria dos casos, são confrontos verdadeiros e não tentativas de execução. Os ataques contra Delegacias ou Batalhões também provocam um menor número de disparos nas vítimas, no mesmo patamar que os conflitos inter-individuais, como era esperado. Por último, embora o número de casos seja muito pequeno, o menor número de tiros corresponde a acidentes ou balas perdidas, circunstâncias em que a vítima não foi atingida intencionalmente.

GRÁFICO 8
Número médio de orifícios de entrada de PAF por vítima, segundo o Tipo de Fato



Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

A evolução das áreas anatômicas atingidas, dia a dia, é relativamente variável, mas sem uma tendência clara ao longo do período. A tabela seguinte (Tabela 19) mostra a proporção das vítimas que apresentam ao menos, respectivamente, um disparo na região posterior, ou um disparo na cabeça. A variação de uma data para outra é maior no caso dos disparos na cabeça, mas também não há uma tendência clara, pois a uma diminuição inicial segue um aumento a partir do dia 15. Por outro lado, no começo e no final do período, os totais são pequenos demais para estabelecer uma tendência confiável.

A proporção de vítimas com disparos que indicam intenção de matar, nas costas e na cabeça, é semelhante para os civis e os agentes públicos, mas levemente mais alta nestes últimos. Isto confirma,

TABELA 19
Proporção de Vítimas com ao menos um disparo na região posterior ou na cabeça, por dia

Data do Fato		ao menos um disparo na região posterior	com ao menos um disparo na cabeça
12 de maio de 2006	% de vítimas com	46	77
	Número de vítimas	13	13
13 de maio de 2006	% de vítimas com	54	62
	Número de vítimas	37	37
14 de maio de 2006	% de vítimas com	60	65
	Número de vítimas	75	75
15 de maio de 2006	% de vítimas com	55	57
	Número de vítimas	60	60
16 de maio de 2006	% de vítimas com	45	41
	Número de vítimas	51	51
17 de maio de 2006	% de vítimas com	64	62
	Número de vítimas	47	47
18 de maio de 2006	% de vítimas com	50	75
	Número de vítimas	12	12
19 de maio de 2006	% de vítimas com	57	86
	Número de vítimas	7	7
20 de maio de 2006	% de vítimas com	75	25
	Número de vítimas	4	4
Sem data	% de vítimas com	64	64
	Número de vítimas	56	56
Total	% de vítimas com	57	60
	Número de vítimas	362	362

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

mais uma vez, que as vítimas fatais policiais sofrem em maior grau tentativas de execução sumária (Tabela 20).

Como caberia esperar, os disparos nas costas e na cabeça são mais frequentes justamente nos episódios classificados como tentativas de execução, especialmente aqueles cometidos por grupos, nos quais é provável que vários atiradores tenham atingido a vítima simultaneamente. A proporção de disparos suspeitos de execução é bem menor nos casos de mortos em confronto com a polícia, no entanto é ainda superior ao que caberia esperar, particularmente no relativo aos disparos pelas costas, que deveriam ser mais raros (Tabela 21).

A evolução dos casos com orifícios de entrada com tatuagem, esfumaçamento ou queimadura, isto é, *com disparos à queima-roupa*, não apresenta uma tendência clara no tempo (Tabela 22).

TABELA 20
Proporção de Vítimas com ao menos um disparo na região posterior ou na cabeça, por Tipo de Vítima

É agente público?		Ao menos um disparo na região posterior	Ao menos um disparo na cabeça
Não	% de vítimas com	57	60
	Número de vítimas	332	332
Sim	% de vítimas com	60	63
	Número de vítimas	30	30
Total	% de vítimas com	57	60
	Número de vítimas	362	362

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

TABELA 21
Proporção de Vítimas com ao menos um disparo na região posterior ou na cabeça, por Tipo de Fato

Data do Fato		Ao menos um disparo na região posterior	Ao menos um disparo na cabeça
Desconhecido	% de vítimas com	63	68
	Número de vítimas	143	143
Confronto com a polícia	% de vítimas com	27	26
	Número de vítimas	82	82
Acidente ou bala perdida	% de vítimas com	67	33
	Número de vítimas	3	3
Execução sumária: individual	% de vítimas com	73	70
	Número de vítimas	40	40
Execução sumária: grupo não encapuzado	% de vítimas com	75	75
	Número de vítimas	32	32
Execução sumária: grupo encapuzado	% de vítimas com	78	72
	Número de vítimas	32	32
Execução sumária: policiais	% de vítimas com	100	100
	Número de vítimas	3	3
Conflito interindividual	% de vítimas com	100	0
	Número de vítimas	1	1
Ataques contra Delegacias ou Batalhões	% de vítimas com	00	75
	Número de vítimas	12	12
Outros	% de vítimas com	71	86
	Número de vítimas	14	14
Total	% de vítimas com	57	60
	Número de vítimas	362	362

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

TABELA 22
Número de Vítimas com disparos à queima-roupa, por dia

Data do Fato	Presença de disparos à queima-roupa		Total	Razão entre casos com e sem queima-roupa
	Não	Sim		
12 de maio de 2006	13	2	15	0.15
13 de maio de 2006	33	7	40	0.21
14 de maio de 2006	86	10	96	0.12
15 de maio de 2006	68	2	70	0.03
16 de maio de 2006	57	7	64	0.12
17 de maio de 2006	47	7	54	0.15
18 de maio de 2006	15	3	18	0.20
19 de maio de 2006	8	0	8	0.00
20 de maio de 2006	3	1	4	0.33
Sem data	60	9	69	0.15
Total	390	48	438	

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

TABELA 23
Número de Vítimas com disparos à queima-roupa, por Tipo de Vítima

Agente Público?	Presença de disparos à queima-roupa		Total	Razão entre casos com e sem queima-roupa
	Não	Sim		
Não	362	41	403	0.11
Sim	28	7	35	0.25
Total	390	48	438	

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

TABELA 24
Número de Vítimas com disparos à queima-roupa, por Tipo de Fato

Tipologia do fato	Presença de disparos à queima-roupa		Total
	Não	Sim	
Desconhecido	154	26	180
Execução sumária: grupo não encapuzado	27	8	35
Execução sumária: grupo encapuzado	37	4	41
Confronto com a polícia	90	4	94
Ataques contra Delegacias ou Batalhões	10	3	13
Execução sumária: individual	45	2	47
Execução sumária: policiais	3	0	3
Conflito interindividual	4	0	4
Acidente ou bala perdida	3	0	3
Outros	17	1	18
Total	390	48	438

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

O único resultado mais destoante é a redução dos casos de disparos à queima-roupa no dia 15 e no dia 19, embora neste último caso o número de vítimas seja de qualquer modo bastante reduzido.

Os disparos à queima-roupa são relativamente mais freqüentes contra agentes públicos do que contra civis (Tabela 23).

Um em cada dez civis e um em cada quatro agentes públicos foram vítimas de disparos efetuados a curta distância. Isto confirma o resultado anterior de que os agentes públicos, mais do que nada policiais, quando são mortos, são vítimas em maior medida de execuções sumárias.

O cruzamento dos disparos a curta distância com o tipo de fato não é muito revelador, pois 26 das 48 vítimas afetadas por orifícios com sinais de queima-roupa correspondem a episódios de tipo desconhecido. A segunda categoria mais freqüente são as execuções sumárias, de diversos tipos, como poderia se esperar (Tabela 24).

O dado mais preocupante, pela ótica dos direitos humanos, é a existência de 3 civis mortos com disparos à queima-roupa em confronto com a polícia e outros 3 civis com disparos à queima-roupa mortos em ataques a delegacias e batalhões. Esse é o indício mais claro, até agora, de que algumas das intervenções policiais podem ter se traduzido em execuções sumárias.

As vítimas com *lesões diversas das produzidas por arma de fogo* concentram-se sobretudo, nos dias 14 a 17 de maio, mas o número de casos é pequeno (Tabela 25).

TABELA 25
Número de Vítimas com lesões diferentes às provocadas por PAF, segundo o dia

Data do Fato	Número de Vítimas
12 de maio de 2006	2
13 de maio de 2006	6
14 de maio de 2006	18
15 de maio de 2006	10
16 de maio de 2006	12
17 de maio de 2006	11
18 de maio de 2006	3
19 de maio de 2006	2
20 de maio de 2006	1
Sem data	10
Total	75

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

Das 75 vítimas com este tipo de lesões, 66 são civis e 9 agentes públicos. Isso significa que, de acordo com as necropsias analisadas, 16% dos civis e 24% dos agentes públicos apresentavam lesões incompatíveis com arma de fogo. Mais uma vez, este dado indica que a probabilidade das vítimas policiais terem sofrido execuções sumárias é maior do que a das vítimas civis.

Uma boa parte destas lesões ocorre em episódios de tipo desconhecido. No entanto, o fato de que 10 mortos civis apresentem lesões dessa forma após confrontos com a polícia é um dado relevante. No resto, muitos casos acon-

tecem, como seria de se esperar, em episódios de execução sumária (Tabela 26).

Por último, realizamos uma *análise dos dados médico-legais dos civis mortos em episódios de confronto com a polícia*, que representam um total de 78 vítimas. Os resultados são comparados com os do conjunto das vítimas de todos os tipos de fato e também com os das vítimas civis de confrontos policiais no Rio de Janeiro durante os anos 90 (Cano, 1997, op. Cit.) (Tabela 27).

TABELA 26
Número de Vítimas com lesões diferentes às provocadas por PAF, segundo o Tipo de Fato

Tipologia do fato	Número de Vítimas
Desconhecido	31
Confronto com a polícia	12
Execução sumária: individual	8
Execução sumária: grupo não encapuzado	9
Execução sumária: grupo encapuzado	10
Execução sumária: policiais	1
Conflito interindividual	1
Ataques contra policiais	0
Outros	3
Total	75

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP.

TABELA 27
Indícios médico-legais de execução sumária nos Confrontos Policiais, no Total dos Casos e no Rio de Janeiro

	São Paulo- Maio 2006: Confrontos policiais	São Paulo- Maio 2006: Total	Rio de Janeiro 1993-1996: Confrontos Policiais
Média de Disparos por Cadáver	3,7	4,8	4,3
Proporção de vítimas com pelo menos um disparo na região posterior	26%	57%	65%
Proporção de vítimas com pelo menos um disparo na cabeça	24%	60%	61%
Proporção de vítimas com disparos à queima-roupa	3 em 78 (3,8%)	60 em 362 (16,6%)	40 em 697 (5,7%)
Proporção de vítimas com lesões adicionais e diferentes às provocadas por PAF	10 em 78 (12,8%)	35 em 362 (9,7%)	222 em 697 (31,8%)

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria Segurança Pública SP. (Cano, 1997, op. cit.)

Estes civis mortos em confronto com a polícia apresentavam um mínimo de um disparo e um máximo de 12, com uma média de 3,7 disparos por cadáver. Este valor é inferior ao do total dos casos e a dos confrontos policiais no Rio de Janeiro, mas ainda é superior ao que caberia esperar, supondo que em geral um ou dois disparos são suficientes para imobilizar a vítima.

A proporção de vítimas com disparos pelas costas (26%) é sensivelmente inferior à do total dos casos e à dos confrontos no Rio de Janeiro, mas o valor é ainda superior ao esperado.

A proporção de vítimas com disparos na cabeça (24%) apresenta um resultado semelhante ao dos disparos na região posterior.

A proporção de vítimas com disparos à queima-roupa (3,8%) também é inferior à encontrada no total dos casos e no Rio, mas é claramente superior ao que deveria, pois, a princípio não deveria haver nenhum caso de disparo à queima-roupa em confrontos policiais.

Já a proporção de vítimas com lesões diferentes às provocadas por PAF (12,8 %) é algo mais alta do que a encontrada no conjunto dos casos, mas ainda inferior à encontrada no Rio de Janeiro.

Em suma, os indicadores médico-legais correspondentes às vítimas civis falecidas em confronto com a polícia não são tão negativos quanto os encontrados no conjunto dos casos, entre os quais há numerosos episódios de execuções sumárias reconhecidas, e estão ainda mais distantes dos encontrados nos confrontos policiais no Rio de Janeiro nos anos 90, contexto em que as evidências de execuções sumárias eram muito contundentes.

No entanto, o valor dos indicadores ainda é preocupante e revela que, ao menos em alguns casos, há claros indícios de uso excessivo da força por parte da polícia e há possibilidade de existência de casos de execução sumária. Por outro lado, vale lembrar que os casos de confronto policial são aqueles em que há evidências da participação de policiais, mas não significa que não existam outros episódios em que não possa haver envolvimento de policiais, sobretudo de forma oculta.

9. CONCLUSÕES

1

O presente estudo está baseado, fundamentalmente, em laudos cadavéricos e Boletins de Ocorrência relativos a mortes por arma de fogo acontecidas no estado de São Paulo entre os dias 12 e 21 de maio de 2006. Um total de 564 mortes foram registradas nos documentos que foram fornecidos sob o critério acima mencionado.

Não é possível separar com exatidão quais episódios correspondem exatamente aos ataques (e as respostas aos mesmos) e quais são devidos a outros tipos de violência. A narrativa dos fatos que aparece nos Boletins e a participação ou não de agentes públicos são elementos que ajudam, indiretamente, a este propósito. No entanto, não foi possível obter o B.O. em todos os casos, e em muitos deles o relato dos fatos não é suficientemente esclarecedor. Por outro lado, a participação de agentes públicos também não pode ser estabelecida para além de toda dúvida em todos os casos, particularmente considerando a possibilidade de que alguns policiais participem de forma oculta.

Por outro lado, vale lembrar que os B.O.s representam, naturalmente, a versão oficial dos fatos, a dos agentes públicos, pois na maioria deles não há testemunhas civis para corroborá-los.

2

Os ataques do PCC e as respostas decorrentes dos mesmos entre os dias 12 e 21 de maio de 2006 provocaram que o número de mortes por armas de fogo fosse 3 a 4 vezes superior ao número esperado para esse período, estimado com base nos dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde. No total, o saldo atribuível a este episódio pode ser estimado em aproximadamente 400 mortos, exclusivamente nesses 10 dias e sem prejuízo de um impacto adicional nos dias posteriores. É de extrema importância que seja pesquisado em que medida estes dramáticos eventos invertiram a tendência de queda dos homicídios no estado de São Paulo nos últimos anos.

3

As mortes por arma de fogo no período considerado acontecem espalhadas por todo o Estado de São Paulo, geralmente na via pública no fim da tarde ou no começo da madrugada. As armas de civis apreendidas nesses episódios são sobretudo armas curtas e com um número reduzido de projéteis deflagrados, o que sugere tiroteios curtos.

4

As vítimas fatais desses eventos são quase todas de sexo masculino, jovens, com reduzida escolaridade, solteiros e, aparentemente, sem antecedentes penais. Esse é o perfil geral das vítimas de homicídio no Brasil.

5

Embora os ataques contra agentes públicos fossem o estopim do episódio, o número de civis mortos nesses dias é sensivelmente maior do que o de agentes públicos mortos.

Os ataques a delegacias e batalhões e as mortes de agentes públicos aconteceram sobretudo nos primeiros dias: 12 e 13 de maio. Por sua vez, as mortes de civis em episódios que podem ser caracterizados como confrontos com a polícia ou como execuções por grupos encapuzados são mais frequentes nos dias imediatamente posteriores: 14 a 17 de maio. Os autores encapuzados pretendem esconder suas identidades, provavelmente por serem figuras identificáveis ou com relação costumeira com as pessoas ou com o local dos fatos. Essa é uma característica tradicional dos grupos que trabalham como justiceiros, em outras palavras, dos grupos de extermínio, dentro dos quais há registro histórico da participação de policiais.

A conclusão principal que se pode derivar é que as mortes de civis não aconteceram fundamentalmente durante os ataques a policiais, como consequência da defesa destes últimos, mas em intervenções posteriores, que poderíamos qualificar como represálias. Estas intervenções são protagonizadas tanto por policiais, nos mesmos dias, como por grupos encapuzados. Esse resultado reforça a suspeita de que agentes públicos possam ter participado em grupos de extermínio para vingar a morte dos companheiros.

6

Os dados médicos legais contidos nos laudos cadavéricos apresentam um cenário de uma alta pro-

porção de execuções sumárias: média de 4,8 disparos por vítima fatal; 60% delas com pelo menos um disparo na cabeça; 27% com pelo menos um disparo na nuca; 57% delas com ao menos um disparo na região posterior. De cada cinco disparos que impactaram as vítimas, aproximadamente dois foram feitos na região posterior, e para cada 2 disparos que atingiram o tronco encontramos um disparo que atingiu a cabeça. Estes dados revelam que muitas dessas mortes não aconteceram em confrontos armados, mas em execuções em que a vítima não teve chance de defesa ou estava tentando escapar. O dado mais contundente neste sentido é a presença de 48 vítimas (1 em cada 10, aproximadamente) com sinais de disparos à queima-roupa, que dificilmente aconteceriam num confronto real.

7

As tentativas de execução são mais frequentes e mais claras contra as vítimas que eram agentes públicos, como revela o fato de que o número de disparos e a proporção de disparos na cabeça e na região posterior, bem como a proporção de disparos à queima-roupa, sejam superiores aos encontrados nas vítimas civis. O exame dos resíduos residuográficos, embora não seja uma prova muito confiável, apontou ao fato de que muitos dos policiais mortos não tiveram tempo de utilizar a sua arma para se defender.

8

Uma comparação dos dados médicos legais nos casos classificados como confronto policial com os encontrados no resto dos casos, e com os registrados em confrontos policiais no Rio de Janeiro nos anos 90, revelou o seguinte. Embora os indicadores de uso excessivo

de força em confrontos policiais durante o período não sejam tão negativos quanto os encontrados no conjunto total de casos, ou quanto os registrados no Rio de Janeiro, eles ainda são superiores ao que caberia esperar, e apontam a existência de uso excessivo da força por parte da polícia em alguns casos. Nesse sentido, a indício mais claro de execução sumária nas intervenções policiais é a existência de 3 civis mortos em confronto com a polícia e 3 civis mortos após ataques a delegacias e batalhões, todos eles com disparos à queima-roupa.

APÊNDICE 1

**Número de Vítimas por Tipo de Vítima, Tipo de Fato e Data,
para alguns tipos de fatos selecionados**

	Confronto com a polícia				Execução Sumária: Individual				Execução Sumária: Grupo Não-Encapuzado			
DATA	Agentes Públicos Mortos	Agentes Públicos Feridos	Civis Mortos	Civis Feridos	Agentes Públicos Mortos	Agentes Públicos Feridos	Civis Mortos	Civis Feridos	Agentes Públicos Mortos	Agentes Públicos Feridos	Civis Mortos	Civis Feridos
12/5/2006	1	0	3	1	2	0	2	0	4	2	0	0
13/05/2006	6	6	11	2	1	0	6	3	9	0	3	11
14/05/2006	1	0	24	0	0	0	6	1	3	0	12	4
15/05/2006	2	0	14	1	0	0	12	3	0	0	3	7
16/05/2006	6	1	35	0	0	0	2	0	0	0	12	1
17/05/2006	0	0	20	0	0	0	5	0	0	0	3	1
18/05/2006	0	0	2	0	0	0	3	0	0	0	2	3
19/05/2006	0	0	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0
20/05/2006	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21/05/2006	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desconhecida	0	0	5	0	0	0	12	0				
TOTAL	16	7	118	4	3	0	50	7	16	2	35	27

	Execução Sumária: Grupo Encapuzado				Ataques contra Delegacias ou Batalhões				Desconhecido			
DATA	Agentes Públicos Mortos	Agentes Públicos Feridos	Civis Mortos	Civis Feridos	Agentes Públicos Mortos	Agentes Públicos Feridos	Civis Mortos	Civis Feridos	Agentes Públicos Mortos	Agentes Públicos Feridos	Civis Mortos	Civis Feridos
12/5/2006	0	0	2	2	3	0	0	0	0	1	5	0
13/05/2006	0	0	0	0	4	1	4	1	2	1	12	1
14/05/2006	1	0	12	6	0	0	0	0	2	1	44	1
15/05/2006	0	0	13	7	2	0	1	0	1	0	38	3
16/05/2006	0	0	7	3	0	0	1	0	0	0	17	0
17/05/2006	0	0	11	4	0	0	1	0	3	0	21	1
18/05/2006	0	0	3	4	0	0	2	0	0	0	10	0
19/05/2006	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0
20/05/2006	0	0	1	5	0	0	1	2	0	0	3	0
21/05/2006	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desconhecida	0	0	2	0					3	0	50	0
TOTAL	1	0	53	31	9	1	10	3	11	3	206	6

Pesquisa elaborada por



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
LABORATÓRIO DE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA



A pedido e em colaboração com



CONECTAS DIREITOS
HUMANOS

Conectas Direitos Humanos

Rua Barão de Itapetininga, 93 - 5º andar

São Paulo/SP - 01042-908 - Brasil

Tel/Fax (55 11) 3884-7440

conectas@conectas.org